

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº10:
reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Métrica 10.2: até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Bruna Baxhix | 9271778 | IRI - Instituto de Relações Internacionais
Carlos Vinicius Gomes Jerônimo | 11289319 | FD - Faculdade de Direito
Filipe de Campos Martins | 10699127 | FEA - Administração
Gabriel Heck Lara | 10698922 | FEA - Administração
Heloísa Salles Camargo | 5206270 | FD - Faculdade de Direito
Henrique Shigueru Haianon | 9850885 | FEA - Ciências Contábeis
Natália da Cruz Pires Bastos | 8947842 | ECA - Licenciatura em Educomunicação
Patricia Giannini Beyersdorf | 9040294 | ECA - Licenciatura em Educomunicação
Reginaldo Santana Junior | 11211570 | FD - Direito
Vinícius dos Santos Miranda | 10335510 | POLI - Engenharia Mecânica

Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ou Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável) são uma coleção de 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que contemplam a Agenda 2020, é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Este documento é o resultado de uma reflexão proposta pelos docentes responsáveis pela disciplina de Temas e Práticas em Relações Internacionais, da Universidade São Paulo, na qual deveríamos escolher um dos Objetivos e uma das métricas dentro desse Objetivo, para discorrer acerca do que o Brasil pode fazer para atingi-la, bem como práticas individuais e coletivas que levariam ao seu cumprimento.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável escolhido foi o de número 10 - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. Nosso enfoque foi colocado sobre a métrica 10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Pensando nas potencialidades de cada indivíduo do grupo - considerando seu foco de formação - e no coletivo enquanto todos e todas pertencentes da USP e o papel da universidade pública, desenvolvemos dez frentes de atuação, sendo sete delas referentes a medidas de responsabilidade do País, e três de responsabilidade individual/coletiva. Consideramos também que nossa formação possa nos levar a colocar em prática as responsabilidades nacionais. Propomos que a visão sobre as atuações abaixo sejam feitas holisticamente, de forma que são complementares umas às outras.

Responsabilidades do Brasil

Legislação e sua adaptação

Carlos Jerônimo

- As legislações possuem um aspecto essencial na formulação e na subjacência da base estrutural dos direitos dos cidadãos como um todo. É de caráter indispensável em uma democracia que todos estejam representados e citados na Constituição Federal de sua nação. Os cidadãos possuem direitos inalienáveis que devem ser assegurados por esta mesma Constituição, entretanto, os contextos atuais não são totalmente abrangidos por legislações passadas referentes a outros panoramas de um Brasil antigo;
- Se faz necessário a revisão quanto ao uso e desuso de algumas leis e a criação de novas, para que venham a possuir um caráter mais universal e democrático, e não baseado em convicções e perspectivas preconceituosas dominantes da época;
- As assembleias legislativas devem possuir uma maior representação do povo e sua diversidade, para que as leis formuladas por ela possam contemplar o maior número de cidadãos possíveis e suas diferenças, num processo de equidade e da adaptação de novas leis aos contextos atuais (ao mesmo passo em que leis que não contemplam os panoramas e necessidades atuais sejam revogadas e substituídas por outras novas) buscando a garantia da redução da desigualdade social no âmbito dos direitos e deveres, assegurando uma igualdade social juridicamente.

Incentivar a educação em todos os âmbitos

Patricia Giannini Beyersdorf

- A educação é fundamental no processo de disseminar informações e fortalecer estruturas sociais, que se alinham aos direitos humanos e percepção de cada indivíduo em sua forma integral. Educar não consiste apenas em transmitir informação, mas desenvolver pensamento crítico e abrir espaço para explorar a construção coletiva.
- O incentivo à educação, a fim de reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles, se dá nas seguintes instâncias: envolvimento da diretoria e coordenação de todas as instituições de ensino; mudança curricular; formação de educadores e educadoras; garantia dos direitos de cada indivíduo, incluindo medidas contra bullying; incentivo de atividades em torno de respeito, reconhecimento da humanidade do outro e valorização das diferenças; medidas de acessibilidade em escala nacional, estadual, regional e municipal. Todas as instâncias devem envolver o Ministério da Educação e suas Secretarias; todas as Instituições de Ensino, tanto Públicas como Privadas; as Diretorias e Coordenações, Educadores e Educadoras; Educandos e Educandas; e a Comunidade.
- A garantia de envolvimento de todas as diretorias e coordenações deve se dar por meio de treinamentos obrigatórios, que visem não apenas trazer informação por meio de palestras e *workshops*, como abrir espaço de escuta para que diretoras, diretores, coordenadoras e coordenadores possam expressar seus anseios, necessidades e boas práticas. Este treinamento poderá ser pensado por meio de um Grupo de Trabalho com foco em redução de desigualdades, que se organizaria nacionalmente, com representantes de cada estado e município, que levariam esse treinamento em formato de encontros locais, com duração mínima de 5 dias.
- A mudança curricular precisa acontecer considerando-se a necessidade de discutir acontecimentos globais atuais, compreender a história do Brasil pela perspectiva africana e indígena, explorar de forma profunda as origens das desigualdades e sua repercussão hoje (nacional e globalmente), e desenvolver aulas que frisem os Direitos Humanos. É importante que essa mudança curricular deixe claro que educandos e educandas devem se tornar protagonistas nas discussões e ganhar a oportunidade de desenvolver esses assuntos por meio de metodologias que envolvam trabalho em equipe, desenvolvimento e apreciação de tipos diferentes de liderança, avaliação formativa e espaço de diálogo com o corpo docente.
- A formação de educadores e educadoras é peça fundamental nessa construção. A valorização da profissão por meio de salários justos e dignos, é o primeiro passo para garantir que exista motivação e inovação na educação. O segundo passo é colocar esforços em formações que vão para além das disciplinas de sala de aula. Bem como no treinamento para diretoria e coordenação, deve existir participação ativa nessas formações, que deverão acontecer uma vez por ano e de forma integrada entre instituições de ensino. Tais formações contarão com palestras, oficinas, confraternizações, dentre outras atividades que falem de forma educ comunicativa sobre inclusão social, econômica e política de todos e todas, independentemente da idade, sexo, gênero, orientação sexual, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. Para isso, especialistas farão atividades que levem

educadores e educadoras a compreender sua própria individualidade, perceber seus e suas colegas e explorar onde a discriminação se esconde, tanto por parte de adultos e adultas, como de crianças e jovens. Novas metodologias serão propostas e desenvolvidas, a serem aplicadas em suas instituições de ensino. É importante que essa formação se dê desde a graduação em qualquer Licenciatura, ou pós graduação, mestrado, doutorado, dentre outros, que envolvam a educação em qualquer âmbito. (Vide exemplo de atividade de formação com foco em deficiência, desenvolvida pela Cidade Escola Aprendiz, para a plataforma Videocamp, parte do Instituto Alana: <http://bit.ly/330HSLM>).

- Para que a redução de desigualdades aconteça, é necessário primeiramente garantir que cada pessoa possa expressar sua individualidade e se apropriar de suas potencialidades, sem que exista repressão, opressão ou discriminação. Para isso, é essencial que medidas contra atitudes discriminatórias ou qualquer tipo de bullying sejam tomadas e fiscalizadas de maneira rígida. Em escala local e nacional, deve existir um canal de fácil denúncia e uma comissão especial que avaliará tais denúncias, fará o gerenciamento de risco e tomará as decisões póstumas, quando se tratando de casos de discriminação. Dentro das instituições de ensino, tal gerenciamento deve ser constante e não apenas por medidas punitivas, mas por atividades que gerem em educandos e educandas, bem como no corpo docente, a reflexão sobre tais atos.
- Nesse sentido, atividades que incentivem o respeito, o reconhecimento da humanidade e a valorização das diferenças devem também fazer parte do currículo e precisam envolver também a comunidade ao redor da escola, desde trabalhadores, como residentes e, principalmente, as famílias. No contexto de educandos e educandas, tais atividades devem acontecer permanentemente e constar no Projeto Político Pedagógico. Devem envolver projetos interdisciplinares e as modificações propostas anteriormente no currículo. É importante que exista um espaço seguro de diálogo dentro de cada instituição, onde cada indivíduo possa entrar em contato com suas individualidades e enxergar o outro e o coletivo em suas potências, a fim de identificar deficiências, diminuir barreiras e construir participação cidadã ativa e colaborativa. Dessa forma, estaremos também educando possíveis líderes que terão desenvolvido, ao longo de sua formação, empoderamento e habilidade de autoconhecimento, liderança e respeito ao próximo, que poderão vir a trabalhar representando o Brasil, a fim de reduzir a desigualdade não apenas dentro do país, mas entre outros países.
- Para que os tópicos acima sejam efetivados, com objetivo de empoderar e promover a inclusão social, reduzindo assim as desigualdades, o Ministério da Educação deverá priorizar a acessibilidade ao sistema de ensino, tanto no que se diz respeito à acessibilidade para pessoas com qualquer tipo de deficiência - adaptando seu espaço e providenciando os materiais necessários -, como na garantia de transporte até as escolas para qualquer cidadão ou cidadã, ou soluções no âmbito econômico que motivem família em situações de vulnerabilidade a investir na educação - nesse caso, também é importante dar atenção especial a crianças, jovens e adultos em situação de rua e como promover alternativa de educação para essas pessoas. Será criado um braço do Ministério que pense nessas soluções de

acessibilidade e administração contato com as Secretarias Estaduais e Municipais, a fim de colocá-las em prática.

- Caso seja necessário investimento financeiro não disponível, para efetivação de qualquer uma das medidas acima, recomenda-se procurar investimento internacional com foco em educação. O histórico de investimentos no Brasil e atual baixa de investidores, poderia também ser revertido se os esforços fossem direcionados para áreas diferentes das que antes foram priorizadas (como o agronegócio), e a educação fosse colocada em foco, uma vez que é de grande interesse internacional e de países desenvolvidos.

Modelos de representatividade

Natália da Cruz Pires Bastos

- A representatividade constitui um dos principais fundamentos da democracia participativa. Nesse modelo de democracia, representantes são escolhidos para levar debates e pautas específicas de grupos para a esfera das políticas públicas, prestando contas sobre suas ações. É preciso que a sociedade civil compreenda a importância de ter suas pautas defendidas em nível municipal, estadual e federal, e se organize, debata e por fim nomeie representantes que estejam alinhados aos seus princípios e valores básicos inegociáveis, como a defesa aos direitos humanos.
- A representatividade não é só importante na perspectiva de que a presença de mulheres, negros, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQ+ e outros grupos minorizados estimula e cria condições para que outras pessoas desses grupos entendam que sua presença possa existir em espaços que durante anos lhes foram negados. A sua maior potência está em retomar e disseminar narrativas a partir de uma lógica não hegemônica, trazendo olhares e vozes plurais. A simples existência desses novos discursos já é forma de questionar a perspectiva hegemônica.
- Não é possível falar sobre modelos de representatividade sem pensar na questão das cotas. A quebra da hegemonia não acontece de forma natural, é preciso de políticas públicas que criem condições de igualdade, para que aos poucos, a presença de minorias em alguns espaços seja naturalizada. Logo, a obrigatoriedade da presença desses grupos em escolas, faculdades, espaços públicos e privados é um dever do Estado, o responsável primordial responsável pela exclusão desse grupos.
- Na educação, a pesquisadora doutora Ana Célia da Silva, da UFBA, que estuda a representação do negro nos livros didáticos, afirma que, apesar de por lei (10.639-2013), as escolas de educação básicas já serem obrigadas o ensino de História e Cultura Africana, não há a mesma obrigatoriedade na formação de professores, o que dificulta a possibilidade de trabalhar com o tema de forma efetiva. A obrigatoriedade de conteúdos que abordem questões étnico-racial-social e sexual deve contemplar todos os níveis de formação, do nível básico à graduação. Segundo a doutora, no que se refere à educação racial dentro da educação básica ainda há a problemática de enfatizar a igualdade ao invés de valorizar a pluralidade. Quando se reforça a igualdade, a sociedade passa a enxergar a diferença como um problema ou algo possível de ser ignorado, abrindo espaço para uma “ideologia de embranquecimento”, já que a criança percebe que não há igualdade, e com isso passa a buscar se adaptar ao modelo eurocêntrico convencionado pela

sociedade. Valorizar a pluralidade dentro da sala de aula é dar voz às diferenças, e nesse aspecto, trazer conteúdos produzidos por grupos minorizados que abordam questões sociais é criar condições para que os alunos se desenvolvam de maneira integral, e tenham força para lutar contra as opressões diárias.

- Dentro dos espaços acadêmicos, é fundamental que tenhamos acesso e sejamos estimulados a conhecer a produção intelectual de grupos minoritários. O etnocentrismo presente mesmo nas faculdades de ciências sociais reforça uma perspectiva única, elitizada, que por vezes sequer alcança contemplar a complexa realidade social, cultural e política do Brasil.
- Na publicidade, na cultura e na arte, é fundamental pensar numa representação positiva das diversas culturas, raças, gêneros, sexualidade e cores que temos no país, de forma com que os indivíduos tenham referências positivas para a construção de sua identidade pessoal. A simples presença de grupos minorizados na publicidade e nas artes não só serve de inspiração para esses grupos, mas movimenta a economia, que atualmente está mais do que nunca buscando se alinhar aos valores de um novo público, uma nova classe média, que trouxe demandas novas específicas para suas necessidades e é influenciada pelo grau de representatividade que vê na publicidade.

Políticas públicas e sociais

Reginaldo Santana Júnior

- Compreende-se como “Políticas Sociais”, aquelas ações originárias de políticas públicas que tem como objetivo a promoção total do bem-estar social. Essas políticas possuem como uma de suas características fundamentais o caráter distributivo, onde a sua destinação se faz com urgência nas camadas mais marginalizadas da sociedade, aquelas com menor renda, onde a maioria se encontra em situação de pobreza ou pobreza extrema. Dentre suas finalidades, podemos citar a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento econômico, redução da desigualdade econômica e redistribuição de riqueza e renda.
- Enquadra-se dentro de “Políticas Sociais” a implementação de projetos como “cotas sociais”, tanto em concursos públicos quanto em universidades, “Bolsa Família”, “fome zero”, criação do CADÚNICO (cadastro único para famílias de baixa renda), entre outros. Tais programas demonstram um grande avanço de medidas que buscam atender às necessidades das camadas mais desfavorecidas socialmente. Sua aplicação funciona como um impulsionador social para que indivíduos com menores condições possam se incluir melhor na sociedade, diminuindo, por consequência, as disparidades sociais existentes. No entanto, embora suas adoções promova uma melhor qualidade de vida desses indivíduos, elas não são suficientes para uma efetiva homogeneização social no tocante a renda e igualdade de oportunidades.
- Dessa forma, é importante termos em mente que a simples adoção de programas sociais sem uma efetiva estratégia para seu funcionamento, como, por exemplo, a maior divulgação da existência dessas políticas, uma maior fiscalização de suas atividades e a diminuição do excesso burocrático existente, visando tornar seu acesso mais igual e justo para todos, é um dos principais desafios apresentados por nosso país no que diz respeito à

promoção da democratização de suas medidas. Assim, carecemos de instituições que cobrem aquilo que ainda tardará para ser entregue como políticas sociais, vale lembrar que o Ministério Público, no cumprimento de sua função, deve agir de forma a tornar tais medidas mais eficazes e possui um papel central na condição de defensor da sociedade. Tal fato nos demonstra que além da implementação de políticas sociais, é necessário o investimento em meios para promover seus objetivos de forma concreta, de modo que seus efeitos possam ser sentidos pela sociedade de maneira bem-sucedida.

Segurança e índices de violência contra minorias

Bruna Baxhix

- Brasil é um dos países que apresentam maiores índices de violências a minorias - de acordo com dados de 2018, o Brasil é liderança no assassinato de pessoas transexuais. Os dados, porém, ainda são subestimados: entende-se que, dada a dificuldade de reportar tais crimes pela falta de estrutura do sistema policial e de segurança brasileiro, muitos casos não chegam aos ouvidos do Estado.
- Também somos berço da miscigenação e do multiculturalismo - necessidade e urgência em aceitar diferenças e divergências do estereótipo branco central. Para isso, incentivo e investimento em campanhas de conscientização contra crimes de ódio e preconceitos. É necessário, entretanto, tratar o tema em seu caráter estrutural e determinante, e não como um fenômeno temporário e limitado na história: precisamos reconhecer racismos entrelaçados no passado histórico e preconceitos que se proliferaram de visões hierárquicas e discriminatórias de sociedade.
- O Brasil deve ser exemplo no que tange o respeito à diversidade e às minorias: coloca em evidência seu futuro no cenário internacional e sua inserção em organizações internacionais. Em ordem de tornar-se um país mais participativo e presente no ambiente internacional, é necessário que mostre mínimo respeito e combate às violações de direitos humanos e que defenda a dignidade da pessoa humana, independentemente de quaisquer qualidades a si atribuídas.

Incentivos fiscais na busca por maior desenvolvimento e melhor distribuição de riquezas

Gabriel Heck

- As políticas de incentivos ou benefícios fiscais têm como objetivo promover o desenvolvimento de atividades, segmentos, setores da economia ou regiões, condicionar comportamentos, bem como favorecer grupos ou parcelas da população. Devem ser criados e incentivados programas de estímulo ao setor de serviços para aumentar a demanda de geração de trabalho e renda.
- O índice elevado de desemprego e a necessidade de desenvolvimento em conjunto com a necessidade de grandes deslocamentos diários afetam a qualidade de vida das pessoas, fazendo com que o Estado tenha que intervir para mudar esta realidade, principalmente para tentar melhorar a qualidade de vida da classe trabalhadora, para que more e trabalhe em locais próximos,

além de alterar a característica de regiões que deixam de ser consideradas apenas “dormitório”.

Comunicação e educação para o ser político

Vinícius dos Santos Miranda

- Uma das possíveis medidas para comunicação e educação do ser político é a integração de novas disciplinas ao programa pedagógico, principalmente do ensino fundamental, que abordem acontecimentos políticos atuais e seus impactos na sociedade, como por exemplo a criação de novas leis ou reformas no âmbito social, econômico ou político.
- Além disso, é de suma importância o estímulo ao debate político nas escolas, visando o desenvolvimento da capacidade de se articular e sintetizar suas próprias ideias.
- Por fim, uma maior valorização de disciplinas como filosofia e sociologia, que estimulam o desenvolvimento de senso crítico no ser político.
- Dissociar a política do partidarismo também é importante atualmente. Fomentar campanhas midiáticas que incentivem o conhecimento dos Direitos Humanos e informem sobre formas de reduzir a desigualdade a nível individual e coletivo, de forma atenciosa e “cativante” é um mecanismo que incentiva que a população esteja alinhada e receba informações independente de formação ou classe. Os Planos Estaduais de Educação em Direitos Humanos podem ser usados como base para tal aplicação, visto que muitos deles possuem uma categoria focada em mídia, educomunicação e campanhas envolvendo a comunidade.

Responsabilidade de esfera individual e coletiva

Pesquisa científica e desenvolvimento de conhecimento

Henrique Shigueru Haianon

- Nesta questão, temos duas visões, tanto da Universidade São Paulo como um todo, e do estudante da Universidade. Ambas ocorrem de forma paralela, um não funciona sem o outro e, pesquisas científicas e desenvolvimento do conhecimento devem acontecer de forma mútua e conjunta.
- As pesquisas científicas servem de base para muitos estudos e projetos relacionados à todas as áreas de conhecimento. Como um dos pilares para a igualdade do país é a educação, a realização de pesquisas científicas e sua divulgação detém um papel importante nesse processo. Alunos e professores devem continuar pesquisando e a Universidade deve continuar incentivando.

Projeto interdisciplinar entre os institutos dentro da universidade - o papel da Universidade Pública

Filipe de Campos Martins

- Poderia ocorrer a estruturação de um projeto que envolvesse todos, ou a grande maioria dos institutos da USP em busca de uma maior integração dos institutos para discutir e propor políticas voltadas para o combate da desigualdade.

- Outro projeto seria a discussão do papel da universidade na sociedade. Levantando questões de como poderíamos usar toda a estrutura da USP para desenvolver ainda mais o combate a desigualdade que ainda está muito presente na sociedade.
- Com uma maior integração dos institutos haveria maior espaço para o debate e idéias de diferentes áreas de estudos, com diferentes pontos de vista, porém, no final, todos convergem para um mesmo propósito, a diminuição da desigualdade.

Extensões dos institutos - explorar com mais qualidade e maior visibilidade

Heloísa Salles Camargo

- O acesso ao conhecimento e à educação é reconhecido como uma medida de grande peso na redução contra a desigualdade social e econômica, além de ser um direito fundamental do ser humano. Mesmo com um considerável aumento com relação à tal acesso nas últimas décadas, num país tão desigual quanto o Brasil, a má gestão de recursos econômicos em relação à educação pública tem como resultado o número de 11,3 milhões de analfabetos (ESTADÃO, 2019), em um contexto em que apenas 15% de nossa população apresenta ensino superior completo, segundo o IBGE de 2016.
- As próprias desigualdades presentes em nossa nação atuam como fatores em sua própria perpetuação, diante da falta de medidas públicas que busquem atenuar tais discrepâncias, uma vez que grupos abastados não só têm acesso às melhores condições de educação na rede privada como possuem mais meios e condições de se manterem enquanto estudantes, sem a necessidade (que é tão frequente aos grupos mais pobres) de ingressar precocemente no mercado de trabalho para colaborar com a manutenção econômica de sua família.
- Com esse panorama, se torna de grande importância pensarmos em meios de diminuir as barreiras entre as instituições de ensino e a população, fornecendo meios alternativos e efetivos de estabelecer o acesso ao conhecimento. As universidades, principalmente as públicas, são ótimos instrumentos para isso, devido à grande quantidade de pesquisa e acúmulo de conhecimentos que elas proporcionam, assim, uma maior comunicação desses espaços com a sociedade seria de grande relevância para o acesso a saberes acadêmicos e para um maior incentivo aos estudos por quem participa.
- Muitas faculdades já procuram expandir esse contato por meio de extensões universitárias, que reúnem professores e alunos, e por vezes seus funcionários e até o público exterior, para pensar em formas de levar o que é estudado dentro das instituições acadêmicas para além de suas paredes. Essa maior comunicação seria positiva não só para o grupo externo das faculdades mas também para as próprias instituições, visto que há mais conhecimentos e vivências que os conhecidos nos ambientes acadêmicos que podem contribuir para a criação de novos conhecimentos ou mesmo para a criação de novas visões sobre questões já estabelecidas.
- Segundo o professor de economia Boaventura de Souza Santos, por meio das extensões as universidades podem ser participantes mais ativos na construção de uma maior coesão social, de um aprofundamento da

democracia e na luta contra as marginalizações e exclusões sociais, uma vez que o conhecimento e os estudos fornecem maiores oportunidades para os grupos que a eles têm acesso. Logo, torna-se imprescindível o repensamento dessas extensões, fornecendo maior qualidade acadêmica e investimentos governamentais e até mesmo privados às já existentes ao mesmo tempo que se pense em novas extensões, expandindo-as como pontes comunicativas entre o meio acadêmico e o restante da sociedade brasileira.

- O criação e expansão de extensões que tratem da própria questão da diminuição da desigualdade também se torna relevante, uma vez que articularia grupos heterogêneos (dos que têm acesso ao ensino superior e dos que não têm) em reivindicações mais consistentes quanto à esse tema, o que tornaria maior a pressão sobre o governo para medidas mais efetivas em busca de uma maior igualdade social.
- Como medidas práticas para potencializar a função social das extensões universitárias também podemos pensar em uma maior publicidade e visibilidade das mesmas, de modo a atrair públicos maiores que nem sequer saberiam de sua existência de outro modo, justamente pelo seu distanciamento de instituições acadêmicas. Assim, o contato entre as faculdades responsáveis pelas extensões e escolas, centros educativos, comunidades de bairros, empresas e outras instituições que não fazem parte do ensino superior é de extrema importância para o melhor funcionamento dessas extensões.
- Desse modo, oferecendo maiores oportunidades de ensino e de acesso ao saber por meio de extensões, estabelecemos meios de formar uma população mais informada e mais focada na busca por seus direitos, ao mesmo tempo que fornecemos ferramentas para que encontrem melhores condições de vida dentro do sistema desigual em que vivemos, além de aprimorar, expandir e tornar mais diverso o próprio ambiente acadêmico.